



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

EMANUELLE SAMPAIO DA COSTA

**AS VOZES DA CIDADE: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA NA DITADURA MILITAR EM CAMPINA GRANDE – PB 1970-1980.**

**CAMPINA GRANDE – PB
2016**

EMANUELLE SAMPAIO DA COSTA

**AS VOZES DA CIDADE: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA NA DITADURA MILITAR EM CAMPINA GRANDE – PB 1970-1980.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Licenciatura em História do Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba UEPB, Campus I, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciada em História.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo.

**CAMPINA GRANDE- PB.
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C837v Costa, Emanuelle Sampaio da
As vozes da cidade [manuscrito] : a representação da mulher e participação política na ditadura militar em Campina Grande - PB 1970-1980 / Emanuelle Sampaio da Costa. - 2016.
60 p. : il.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.

"Orientação: Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo, Departamento de História".

1.Memória. 2. Mulher. 3. Ditadura Militar. 4. Campina Grande. I. Título.

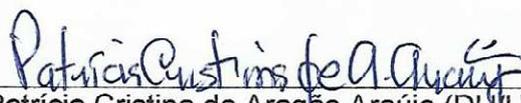
21. ed. CDD 305.4

EMANUELLE SAMPAIO DA COSTA

**AS VOZES DA CIDADE: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA NA DITADURA MILITAR EM CAMPINA GRANDE – PB 1970-1980.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Licenciatura em
História do Centro de Educação da
Universidade Estadual da Paraíba UEPB,
Campus I, em cumprimento aos
requisitos necessários para obtenção do
grau de Licenciada em História.

Aprovada em 05/05/2016



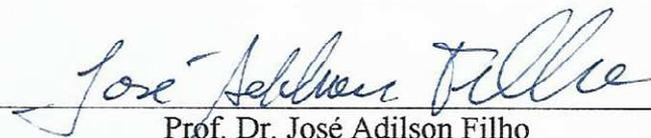
Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo (DH/UEPB)

Orientadora



Profa. Dra. Maria Lindaci Gomes de Souza (DH/UEPB)

Examinadora



Prof. Dr. José Adilson Filho

Bem aventurado o homem cuja força está em Deus, em cujo coração estão os caminhos aplanados. SL 84.5

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me permitiu realizar mais um sonho da minha vida, ao concluir o curso de História. Agradeço pelo seu imenso amor e cuidado para comigo, tendo a certeza que Ele sempre me sustentou em cada etapa que passei na Universidade. Portanto, Deus seja louvado por seu grande amor.

Agradeço a meu esposo Ludécio Henriques Flora, no qual amo muito, presente de Deus para minha vida, sempre tão compreensivo, ajudando-me em todo tempo. .Agradeço por seu amor e sua presença que me faz cada dia mais feliz.

Agradeço aos meus pais Antonio José da Costa e Maria Miuta Sampaio da Costa, por ter me ensinado os bons valores da vida me ajudando em todo tempo com seu amor e dedicação para comigo. Agradeço a todos os meus familiares por me apoiarem e se alegrar com minha vitória.

Agradeço a minha amiga Cleidiana Bem Elias, que proporcionou que a caminhada na Universidade fosse mais alegre. Uma pessoa muito agradável e amiga.

Agradeço a professora Maria Lindaci Gomes de Souza e ao professor José Adilson Filho e tantos outros que puderam contribuir para o meu aprendizado no curso de História. Em especial quero agradecer a professora Patrícia Cristina de Aragão Araújo, por sua disposição a qualquer momento de me orientar para essa pesquisa, muitas vezes a noite na sua casa, sempre muito educada uma profissional admirável.

*“É graças a essa dialética – compreender o presente pelo passado e, correlativamente, compreender o passado pelo presente – que a categoria do testemunho entra em cena na condição de rastro do passado no presente”.
(RICOUER, 2007, p. 180)*

RESUMO

As mulheres, por muito tempo, reivindicaram a sua participação política e social. Elas saíram do âmbito privado para o público iniciando uma trajetória de luta por seus direitos. Estas, foram por séculos, relegadas como sujeito histórico, e só atualmente é que estão ganhando espaço nas produções acadêmicas, em debates, em livros, entre outras esferas públicas. Nesta pesquisa, propomos trabalhar o tema sobre a participação política e social da mulher campinense na Ditadura Militar. A presente pesquisa traz reflexões acerca da temática da mulher, enfatizando a sua participação social e política na oposição ao regime militar brasileiro, na cidade de Campina Grande – PB. Nosso objetivo é relatar a participação da mulher na militância política na Ditadura militar brasileira, ao expor como ela se propôs combater contra o sistema de opressão, sempre considerando seus ideais. Falaremos, também, sobre a mulher enquanto sujeito histórico, ao utilizar o campo da história cultural, o qual nos permite uma pluralização, no sentido de dialogar com outros campos do saber. Desse modo, além da história, na análise do objeto de investigação, abordaremos o discurso de mulheres professoras refletidos em suas memórias sobre o período militar em Campina Grande. O trabalho utilizou de teorias de estudiosos como Michel Foucault (1979), Joan Scott (1995), Halbwachs (2004), Jacques Le Goff (1984), Michael Pollak (2004), entre outros. Para elaboração do trabalho, recorreremos à história oral, por meio de entrevistas realizadas com professoras que vivenciaram o período de repressão no Brasil. Além da história oral, utilizamos de um periódico local de circulação na referida época, o jornal *Diário da Borborema*. Consideramos que em Campina Grande, muitas mulheres se destacaram na história da cidade, vista à luz do período militar por sua luta em oposição ao regime ditatorial, em oposição ao sistema ditatorial. Portanto, se torna significativo registrar a memória dessas mulheres no desejo de validar a importância histórica de suas vivências para o campo dos estudos sobre mulher e memória.

Palavras-chave: Memória. Mulher. Ditadura militar. Campina Grande.

ABSTRACT

For a long time, women claimed for social and political participation. They came from the private to the public scope, starting a trajectory of struggle for their rights. Women were relegated for centuries as a historical subject, and just nowadays is gaining space in academic productions, debates, books and other public spheres. We proposed to work the issue, debating about the political and social participation of women from Campina Grande in the military dictatorship. This research brings reflections on the woman theme emphasizing their social and political participation, at Campina Grande - PB, in opposition to the Brazilian military regime. Our objective is to report the women's participation in political activism in the Brazilian military dictatorship, and show how they proposed fight this oppressive system, always considering their ideas. We will talk about women as historical subject, the use of cultural history field allows us to pluralization, debating with other fields of knowledge, beyond history, the analysis of the investigation object, we discuss the speech of women teachers, reflected on their memories of the military period in Campina Grande. The present study was used theories of scholars such as Michel Foucault (1979), Joan Scott (1995), Halbwachs (2004), Jacques Le Goff (1984), Michael Pollak (2004), among others. For elaboration of the research, we used oral history through interviews with teachers who experienced the repression period in Brazil. In addition to oral history, we used a regular paper of circulation at that time, the newspaper *Diário da Borborema*. We believe that in Campina Grande, many women have a notable place in the city history, considering the military period, for their struggle in opposition to the dictatorial regime, opposing to the dictatorial system. Therefore, became important to record the memory of these women, desiring to validate the historical importance of their experiences to the field of studies on women and memory.

Key-words: Memory. Woman. Military dictatorship. Campina Grande.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Teatro em greve contra a censura, 1968.....	34
Figura 2	Invasão ao Centro Estudantil Campinense (CEC).....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PTN	Partido Trabalhista Nacional
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SNI	Sistema Nacional de informação
DSI	Divisões de Segurança e informação
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
DOI	Destacamentos de Operações de Informações
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
FMI	Fundo Monetário Internacional
CEC	Centro Estudantil Campinense
AI-5	Ato Institucional n. 5

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo I - Mulher, luta e trajetória histórica	18
1.1 Movimentos feministas: a luta pela emancipação das mulheres.....	18.
1.2 A mulher e sua participação na militância política na ditadura militar brasileira.....	31
Capítulo II - Narrativas de mulheres campinenses sobre o período militar: participação política e social.....	40
2.1 Olhares sobre Campina Grande no período militar: modos de viver, formas de pensar a cidade.....	40
2.2 Memória e história de participação feminina em Campina Grande no período militar	47
Considerações Finais	54
Referências	55
Fontes consultadas	60

INTRODUÇÃO

Neste trabalho abordo sobre a participação política e social da mulher em Campina Grande – PB, na Ditadura militar no Brasil, de 1964 a 1985. Momento de bastante adversidade enfrentada, de um modo particular pela mulher, por até então ela ser excluída da vida pública e política do Brasil.

As mulheres, por muito tempo, reivindicaram a sua participação política e social, pois saíram do âmbito privado para o público iniciando uma trajetória de luta por seus direitos. Por muitos séculos foram relegadas como sujeito histórico, atualmente é que estão ganhando espaço nas produções acadêmicas, em debates, em livros entre outros estudos.

Segundo Joan Scott (2012), a mulher é fisicamente visível, mas invisível historicamente. Elas que sempre viveram à margem das narrativas, excluídas da história oficial, como podem ganhar espaço e assim tornarem-se sujeitas históricas? Na contemporaneidade, já está ocorrendo mudanças em relação a esse problema e muitos estudiosos estão trabalhando em relação da temática feminina, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Então, propomos trabalhar o tema sobre *a participação política e social da mulher campinense na Ditadura Militar*, no qual ainda existe muitas lacunas na historiografia, devido ser poucos os textos que foram trabalhados com essa proposta. Nos voltaremos para a realidade de Campina Grande, sobretudo, no curso de História do campus I da UEPB, tendo em vista esta perspectiva inédita, é que acreditamos que esta pesquisa em história nas discussões sobre mulheres venham contribuir nos estudos sobre gênero e política, no enfoque da relação entre mulher e a questão política na Ditadura militar. Neste sentido, nos deparamos com um caminho pouco desvendado pela História em Campina Grande, pois nossa proposta dialoga com as questões políticas, sociais e históricas para apontar o lugar do feminino na cidade, com relação ao período vivido.

Esta pesquisa nasceu de estudos, inquietações e diálogo sobre a mulher e sua participação política e social, em que buscávamos entender

como diante da conjuntura nacional, no âmbito local, as mulheres se situavam na luta política e no posicionamento contra o regime militar e o que faziam neste sentido. Por acreditarmos que as mulheres que lutaram contra o regime militar, a partir da cidade, mereciam ser lembradas e conhecidas pela sociedade por sua expressão de opinião e luta por um país democrático, é que surgiu a ideia desta pesquisa.

Conhecer e compreender esta atuação feminina são o interesse desse trabalho, no desejo de colaborar para que esses momentos não sejam “apagados” de nossas memórias e História. Nosso objetivo, portanto, é relatar a participação da mulher na militância política na Ditadura militar brasileira, refletindo os modos como ela se propôs combater esse sistema opressor sem deixar de considerar seus ideais.

Como objetivos específicos, propomos perceber a trajetória política e social da mulher militante em Campina Grande – PB; Entender quais suas opiniões acerca do regime militar e como vivenciaram aquele momento; Discutir a partir das narrativas de mulheres professoras e dos seus atos de memória, quais suas percepções e representações em torno do período militar a partir de suas histórias em Campina Grande.

Ao mesmo tempo, analisaremos a emancipação feminina com a sua chegada política e social nos espaços públicos. Em seguida, discutiremos o campo da história oral no qual privilegia os excluídos, os marginalizados, conhecendo, assim, a história de mulheres campinenses, no anseio de rememorar e legitimar as testemunhas de toda uma história vivida em coletividade.

O respectivo trabalho se articula no campo da Nova História cultural, que através de uma leitura transdisciplinar, redimensionou os objetos e as abordagens de pesquisa em história (BARROS, 2004). A partir dessa pesquisa, a mulher passa a ser incluída como objeto de estudo. Esse trabalho também tem o foco nos estudos de gênero e memória.

A presente proposta tratou de fazer um levantamento bibliográfico, cujas contribuições, no âmbito teórico, são creditadas à Halbwachs (2004),

Ferreira (1996), Jacques Le Goff (1984), Michael Pollak (2004), Michel Foucault (1979), Joan Scott (1995), dentre outros. Realizamos, também, uma pesquisa em um jornal local o Diário da Borborema trazendo relatos sobre a cidade de Campina Grande e os movimentos estudantis na época da Ditadura Militar.

Como pesquisa, adotamos a metodologia da história oral, através de entrevistas semiestruturadas com história temática em que entrevistamos três docentes que viveram suas juventudes no período militar, cuja idade hoje está entre 68 a 72 anos. Estas, por meio das suas lembranças, vão discorrer o que significou o período ditatorial para elas, e também relatar como estava a cidade de Campina Grande neste período, e o que tiveram que enfrentar como mulher ao participar da luta contra a Ditadura Militar em Campina Grande – PB.

Entendemos a história oral como uma metodologia que proporciona o processo de rememorar e relembrar sujeitos históricos, considerando as testemunhas da história vivida por uma coletividade. Portanto, os depoimentos coletados procura mostrar que a memória é um processo de construção e reconstrução de lembranças. Sendo assim, as lembranças são como suporte, que evidenciam uma memória coletiva (FREITAS, 2006).

Dessa forma, a história oral tornou-se um dos principais instrumentos para se conhecer a história das mulheres, devido esta privilegiar a análise dos marginalizados, das minorias e dos excluídos. Tal fenômeno tende a estruturar a história a partir das palavras daqueles que, muitas vezes, em condições de vítimas, vivenciaram e participaram de um determinado contexto histórico. Segundo Michael Pollak (2004),

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta (BASTOS, 2004, P. 14)

Bastos (2004), em sua obra *Mulheres em armas*, faz um embate às críticas em relação à questão da subjetividade dos depoimentos da história oral, pois para ele a fonte oral é comparável à fonte escrita e contribui para construção e reconstrução da identidade histórica.

Maurice Halbwachs é um dos principais estudiosos das relações entre memória e história. Suas obras, *Os Quadros Sociais da Memória* e *A Memória Coletiva*, foram de muita relevância, pois não trata a memória isoladamente, mas sim na relação homem-sociedade. Para Halbwachs (2004), a memória individual vem existir a partir da memória coletiva.

Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que essa reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (2004, p. 39).

Temos também a contribuição de Le Goff (1984) em sua obra *Memória e história*, no qual discorre,

a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 1984, p. 24).

Nesta pesquisa trabalhamos com a história oral temática, por meio de um roteiro semiestruturado, conforme já ressaltamos, e assim encaminhamos as entrevistas na busca de relatar a memória dessas mulheres no que diz respeito a sua participação contra a Ditadura Militar. Em cada entrevista tivemos que lidar com as dimensões do lembrar e do esquecer, mas nada que trouxesse empecilhos para a realização deste trabalho.

Essa pesquisa foi surgindo como algo novo e relevante para a história das mulheres campinenses, assim levando a preencher várias lacunas que foram se abrindo ao longo da história.

O presente estudo está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo, intitulado *Mulher, luta e trajetória histórica*, discutiremos sobre os

movimentos feministas e a luta pela emancipação das mulheres do seu âmbito privado para o público, problematizando, também, a participação feminina na militância política durante a ditadura militar. Neste primeiro capítulo, enfatizaremos as contribuições dos movimentos feministas e as suas várias etapas para emancipação feminina, destacando as conquistas dos direitos civis e políticos tão almejados pelas mulheres. Falaremos, também, sobre a contribuição do conceito de gênero para melhor entender o papel da mulher na sociedade. E discorreremos sobre a relevância da memória que permite as lembranças para entender os fatos juntamente com o grupo vivido. Em seguida, vamos conhecer o processo que levou a Ditadura Militar no Brasil e a participação da mulher na militância política após o golpe militar.

No segundo capítulo, cujo título é *Narrativas de mulheres campinenses sobre o período militar: participação política e social*, teceremos olhares sobre Campina Grande no período militar, nos modos de viver, formas de pensar a cidade, articulando com as memórias de professoras, que através de suas memórias relataram as histórias de suas juventudes no período militar, além de revelarem como se posicionaram e atuaram nestas questões em Campina Grande. Por meio de entrevistas realizadas com essas docentes, registraremos as suas lembranças e subjetividades dessa época conturbada, podendo, assim, compreender como era Campina Grande nesse período militar e o contexto que elas viveram nesse tempo como professoras e, antes de tudo, mulheres que saíram do conforto de suas casas e invadiram as ruas para lutarem contra os regimes de opressão.

1.0 MULHER, LUTA E TRAJETÓRIA HISTÓRICA.

1.1 Movimentos feministas: a luta pela emancipação das mulheres.

Neste capítulo, vamos tratar das várias etapas do movimento feminista, o qual estabelece um processo de emancipação da mulher. Consequentemente, trataremos sobre gênero e memória e, assim, buscaremos compreender o processo que levou as mulheres a lutar pelos seus direitos. Para entender como se configura a emancipação feminina, contamos com as contribuições de estudiosos como Leitão (1988), Rabenhorst (2010), Bandeira (2000), Alves (2007), dentre outros.

O movimento feminista destacou-se, no decorrer da história, em virtude de as mulheres terem ganho as ruas e lutado por seus direitos. O que nos chama atenção é que essas “desbravadoras” eclodiram suas vozes e discursos nos centros das cidades, espaços que antes lhes representavam um lugar de exclusão, visto ter sido a esfera pública um território predominado majoritariamente pelo gênero masculino. Com o advento das manifestações femininas, no entanto, tal espaço passou a tornar-se “palco” de lutas e reivindicações por uma democracia que não fizesse distinção de gêneros.

Desde a antiguidade as mulheres lutavam por uma vida mais digna, em que todos tivessem direito como cidadãos, independente do sexo biológico. À exemplo das mulheres de Roma do ano de 195 d.C., quando estas reivindicaram no Senado Romano acesso ao transporte público, privilégio anteriormente masculino (ALVES e PITANGUY, 1991, p.14).

Com o passar do tempo, as mulheres passaram a se contentar cada vez menos com as atividades pertencentes apenas ao espaço privado, do lar.

Alocadas em uma sociedade patriarcal, a qual privava a mulher de ter independência financeira e a coibia de emitir, publicamente, suas opiniões (maridos, pais e irmãos já assumiam a função de se posicionar por elas), as mulheres, aos poucos, foram tomando consciência de que o mundo em que desejavam viver já não se limitava apenas ao espaço do lar, e várias foram as reivindicações que decidiram empreender.

No desejo de conquistar legitimidade no espaço público, as mulheres passaram a se interessar por política e a participar de movimentos sociais, assumindo postos que as possibilitaram dar visibilidade às suas reivindicações. Começaram por denunciar o longo período histórico de silenciamento imposto sobre elas pela dominação masculina, a qual as objetificavam enquanto propriedade do homem. Eles, por sua vez, sentiam-se no direito de agredi-las física e psicologicamente, privando-as de estudar, trabalhar e se expressar. Foi assim que o movimento feminista apresentou para a sociedade e, principalmente, para a própria mulher, outra possibilidade de vivência, na qual elas poderiam e deveriam integrar a sociedade enquanto sujeitos autônomos, emancipados.

O movimento feminista surgiu nas últimas décadas do século XIX, entretanto disseminou-se em diferentes épocas históricas. Trouxe mudanças que favoreceram as mulheres e atemorizou os homens, devido a esses perderem controle sobre elas. O movimento feminista denunciou tanto a violência física, praticada contra o corpo da mulher, como a violência simbólica, que a desvalorizava socialmente, tornando-as como um objeto.

Para entendermos melhor a definição sobre o termo feminismo é preciso conhecer os vários processos de resignificação que cada nova geração feministas passou. Segundo Reis Prá (1997, p. 43), “trata-se, na verdade, de um termo extremamente flexível, uma vez que compreende todo um processo de transformação”. Para Michel (1982, p. 7) o significado da palavra feminismo quer dizer “uma doutrina que preconiza a ampliação dos direitos e do papel da mulher na sociedade”.

Essa “flexibilidade” referente ao feminismo diz respeito às três fases, mais conhecidas como “Ondas”, que o caracterizaram. A primeira onda correspondeu ao período compreendido entre a Revolução Francesa e o final da Primeira Guerra Mundial, época do chamado “feminismo igualitário”. A segunda onda foi marcada pelo ressurgimento do movimento feminista, em 1960, contestando as perspectivas igualitárias da primeira onda. E a terceira que emergiu na década 1990, consideradas como teorias pós-feministas (RABENHORST, 2010).

Rabenhorst (2010) ressalta que a primeira onda do feminismo pode ser vista como a do surgimento do “feminismo igualitário”, no qual tinha uma vertente liberal ou marxista. O foco era identificar as causas da discriminação das mulheres e buscava igualdade entre mulheres e homens, especialmente na esfera dos direitos civis e políticos. Neste momento, as mulheres lutavam por uma igualdade onde predominava o respeito e oportunidade para todos, independente do sexo biológico.

Esse feminismo igualitário liberal não aceitava a naturalização da condição feminina como inferior ao homem. Verificamos que muitos pensadores sustentaram essa tese, a exemplo de Locke, ao declarar que a natureza da mulher é para ser subordinada ao homem e o seu lugar era no lar. Rousseau dizia que o natural das mulheres era aprender a serem mães, esposas e amar a vida doméstica, além de não contrariar essa, que na visão dele, era uma lei da natureza (NYE, 1995).

Notamos que o feminismo igualitário liberal veio para combater essas teses da mulher como inferior ao homem e pertencer apenas à vida doméstica. Neste momento o feminismo igualitário liberal veio mostrar a mulher que poderia também exercer o papel de cidadã tendo direitos civis e políticos iguais a dos homens.

Já o feminismo igualitário marxista baseou-se na crítica socialista, pois havia uma influência pelo economicismo que entendia a causa da subordinação feminina como própria da organização econômica. Portanto, a libertação das mulheres se daria com a ausência da propriedade privada e através da transformação da divisão sexual do trabalho. (RABENHORST, 2010). Sendo assim, a reestruturação radical da economia proporcionaria para o feminismo igualitário marxista a conquista dos direitos das mulheres.

Entendemos que no primeiro momento, o movimento feminista procurou garantir os direitos das mulheres como iguais aos dos homens, almejando a entrada das mulheres no “mundo do trabalho”, ocupação dos mesmos cargos, igualdade de salários, sufrágio universal, respeito, entre outros. No entanto, na contemporaneidade, alguns desses direitos ainda não foram plenamente alcançados, pois o mercado de trabalho na atualidade

ainda designa a maior parte de número de empregos de chefia para homens, mesmo que a lei garanta direito de igualdade para todos. Segundo Leitão (1988):

O avanço da participação feminina no trabalho aumenta consideravelmente, porém a posição real da mulher não é das mais promissoras. Apesar de encontrar-se aberto para ela o mercado de trabalho, ainda é considerada mão-de-obra de reserva. Mesmo quando possui qualificação profissional, é induzida a exercer profissões femininas (cf. Isto não é serviço para mulher) e os cargos mais importantes ainda são reservados aos homens. Até hoje impera o preconceito de que as mulheres foram feitas para desempenhar tarefas secundárias (LEITÃO, 1988, p. 74).

Apesar das grandes conquistas feitas pelas mulheres, não podemos deixar de perceber que hoje ainda se existe desigualdade e grandes barreiras impostas pela opressão masculina ainda precisam ser vencidas. Leitão (1988) deixa clara essa dificuldade quando discorre que a qualificação profissional não é o bastante para manter as mulheres no mercado de trabalho, visto que ainda existe o pensamento de que à mulher cabem as tarefas secundárias.

Várias foram às lutas para a cisão das mulheres do espaço privado para o público. Por mais que existam obstáculos para as mulheres não terem os direitos iguais aos dos homens, a construção cotidiana delas de lutas teve bons resultados. Segundo Bandeira (2000) a expressão do movimento feminista:

Foi o portador de vozes dissonantes da matriz hegemônica que recobriu e predominou desde o mundo grego até a modernidade, ao resgatar a condição de exclusão e de inferioridade da mulher, não apenas como categoria estatística e sócio-econômica, mas da condição de sujeito sócio-histórico e cidadão". (BANDEIRA, 2000, p.17)

Verificamos, portanto, que foi com muita resistência ao longo da história que as mulheres conseguiram organizar-se politicamente dando origem aos movimentos feministas. As vozes dessas mulheres passaram a se formalizar e se organizar enquanto movimento só após a Revolução Francesa, ganhando força durante o século XIX.

As feministas entenderam que ir à luta era sair nas ruas e clamar em alta e bom som a necessidade de terem direitos iguais aos dos homens, obtendo, assim, êxito e reconhecimento social. Percebemos que para isso

ocorrer, tais militantes precisaram e ainda precisam vencer barreiras devido à nossa formação social está estruturada na divisão dos sexos, dando privilégios aos homens. Para Mead (1979):

Insistir que não há diferenças de sexo numa sociedade que sempre acreditou nelas e dependeu delas, talvez seja uma forma tão sutil de padronização de personalidade como insistir em que existem muitas diferenças de sexo (MEAD, 1979, p. 297).

O autor ressalta que infelizmente existem diferenças de sexo e por mais que queira ocultar essa realidade, ela está muito evidente, e é bem notada quando as mulheres procuram tomar posse dos seus direitos e muitas vezes são excluídas.

Apesar das dificuldades e empecilhos, as mesmas não desanimaram, continuaram lutando por seus direitos formais de cidadania, direitos políticos, e assim entraram na esfera pública, através do sufrágio universal. Mas a primeira onda do feminismo não se reduziu apenas à luta do direito ao voto. Na realidade, incluía também acesso a emprego, educação, legalização do divórcio, dentre outros. Portanto, “foi um fenômeno político amplo, multifacetado, de longa duração e altamente efetivo” (WALBY, 2000).

No Brasil, a primeira onda do feminismo trouxe a luta pelo voto e neste contexto emergiu a feminista Bertha Lutz, bióloga, que ao retornar da Europa em 1918, deu início a luta pela emancipação feminina. Os seus trabalhos convocavam as mulheres a lutar por sua autonomia. Lutz tornou-se uma das fundadoras da Legião da Mulher Brasileira pelo Progresso feminino. Portanto, logo conseguiu agregar um grupo de mulheres que pensavam como ela, e tornou-se uma das maiores referências nos movimentos de mulheres nos meios políticos nacionais da época (PINSKY, PEDRO, 2013).

Lutz também teve participação efetiva em 1922, em favor das empregadas no comércio, intercedendo junto ao Conselho Municipal para redução do horário de trabalho, para 8 horas. Neste mesmo ano, ela participou da Primeira Conferência Interamericana de mulheres e da FBPF (Federação Brasileira para o Progresso Feminino) e promoveu no Rio de Janeiro o Primeiro Congresso Internacional Feminino (SOIBET, 2013).

A educação feminina foi outro ponto relevante na entrada das mulheres para o mercado de trabalho, visto que o aprendizado formal era considerado essencial para a emancipação feminina. Muitas eram as lutas pelo voto e em sua maioria estavam à frente mulheres da elite e intelectualizadas. O direito ao voto feminino passou a ser adquirido com o novo Código Eleitoral brasileiro, em 1932 (SOIBET, 2013).

Ainda nesta primeira onda do feminismo no Brasil, percebemos a luta do movimento das operárias de ideologia anarquista, por condições melhores de trabalho. Em 1917, relata Pinto (2003, p.35): “Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes”. Infelizmente, logo de início, as condições de trabalho da mulher eram deploráveis e humilhantes.

As dificuldades eram notórias para essas mulheres conseguirem viver em uma democracia legítima, em que não existisse diferenciação entre sexo. O movimento feminista foi um grande passo que elas tomaram para superar as desigualdades, pois através de suas reivindicações aconteceram muitas mudanças que as beneficiavam: direito de votar e ser votada, participação no mercado de trabalho e direito de estudar.

O primeiro momento do feminismo perdeu força a partir da década de 1930, tanto nos Estados Unidos, Europa e no Brasil. As mulheres haviam alcançado algumas reivindicações, como direito de votar e ser votada, participação no mercado de trabalho e direito de estudar. Devido a essas conquistas, houve certa acomodação por parte do movimento feminista. Além disso, a ascensão do nazi-facismo fez com que autoridades reprimissem formas de contestação do sistema, inibindo as articulações das mulheres ainda mais (ALVES, 2007).

Mesmo com essa perda de força dos movimentos feministas no período de 1930-1960, a mulher ainda obteve crescimento no mercado de trabalho. Haja vista, a Segunda Guerra Mundial precisou recrutar homens para o campo de batalha, de modo que o trabalho do campo e cidadão passou a ser realizado, em grande parte, por mulheres. Devido à necessidade econômica desse momento histórico, a mulher conquistou mais espaço no

mercado de trabalho, mas quando os homens voltaram da guerra, novos conflitos surgiram: eles desejaram retomar o posto de suas funções e devolver as mulheres para o ambiente privado. Sendo assim, passou a preponderar novamente uma ideologia que alegava que o papel da mulher estava apenas no espaço doméstico, cuja intenção era realocá-las para a esfera do privado, de modo que desocupassem o lugar reivindicado pelos homens. (ALVES, 2007).

A partir de 1960, no entanto, o feminismo volta a ganhar importância, e o livro de Simone de Beauvoir "*O segundo sexo*" se torna fundamental para a nova onda do feminismo. A obra clássica de Beauvoir lança denúncias sobre as raízes culturais da desigualdade sexual. A autora discorre que na nossa cultura o homem é visto com uma identidade própria, no qual é constituído em sujeito, ao passo que a mulher é apenas tida como um objeto.

A obra de Beauvoir, neste momento de transição, passou a ser relevante para a nova onda do feminismo por ser considerada o marco inicial dos estudos de gênero, dando início a construção de uma teoria feminista. A autora analisou a construção de inferioridade da mulher:

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade: é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1990, p. 13)

Portanto, a autora trata de desconstruir fatos e mitos subjugados às mulheres e, assim, enfatiza as determinações sociais e políticas no que se refere à construção social dos gêneros. O feminismo retoma novo vigor e a obra de Beauvoir vai ser elementar para a nova onda do movimento.

Nesse contexto, novos fundamentos da reflexão feminina recebem visibilidade, principalmente na França e nos Estados Unidos. Chamado de segunda onda do movimento feminista, esse momento é marcado pelo antagonismo entre as feministas da igualdade, representado pelas americanas, e as feministas da diferença, na França. (KOLLER, 2006, p.649). "As principais questões em disputa diziam respeito à natureza e à causa das injustiças de gênero, à solução para essas injustiças e ao significado da equidade de gênero". (NEVES, 2005, p.18)

Na década de 60, o movimento feminista passou a utilizar a palavra gênero, “como uma maneira de se referir à organização social da relação entre sexo”. (SCOTT, 1990, p.5). Inicialmente foi utilizado pelas feministas americanas, como distinções baseadas no sexo, não como naturalização, mas como relações de poder.

Para as feministas da igualdade, a diferença de gênero era uma artimanha da dominação masculina sobre as mulheres para justificar a situação hierárquica, a qual as inferioriza na sociedade. Elas também deveriam se sujeitar aos homens, inclusive ao acesso sexual deles a seus corpos, privando-as do acesso equitativo aos bens sociais: como trabalho, educação, autonomia, prazer sexual, dentre outros. Portanto, “a diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição” (Pateman, 1993, p. 17).

Como forma de vencer esse domínio masculino, o feminismo da igualdade procurou acabar com a diferença e estabelecer a igualdade. Para elas, a diferença de gênero era algo inerente ao sexismo¹. As feministas liberais e marxistas continuaram dentro da perspectiva do feminismo da igualdade.

O feminismo da igualdade permaneceu até o final da década de 1970. Logo após, surgiu um novo feminismo que valorizava a diferença de gênero, chamado de feminismo da feminilidade, contrário ao feminismo da igualdade. Assim sendo, a mulher era reconhecida como diferente do homem, mas não inferior a ele. Esse novo feminismo veio mostrar que o feminismo anterior, conhecido como o da igualdade, não mudaria realmente o sexismo, ou seja, continuava a desvalorizar a mulher por não mostrar a realidade do “ser mulher” e suas diferenças. Porque mesmo que incluísse as mulheres nas atividades tradicionalmente masculinas, ainda não as valorizaria como devido (NEVES, 2005).

¹ Formas de comportamento e ideologias nas quais são atribuídas determinadas disposições e capacidades a indivíduos ou grupos simplesmente por causa do sexo a que pertencem.

Para o novo feminismo, a ênfase está nas diferenças e suas reivindicações eram em torno dos direitos civis, reprodutivos, econômicos, políticos, entre outros. Portanto, o momento era das mulheres repensar a própria política. Desta maneira, percebe que as mulheres procuram resolver seus problemas através de meios e de ações políticas. Se antes o foco era na questão da opressão das mulheres, agora se baseava na busca da democratização das relações entre mulheres e homens.

Na segunda onda do feminismo surge também a corrente do “feminismo radical”. Para estas feministas a principal causa da dominação masculina é o patriarcado, um sistema machista e opressor sobre as mulheres.

Acreditavam que para as mulheres conseguirem uma verdadeira libertação era preciso superar o patriarcado e assim romper com as estéticas e éticas deste poder masculino. (RABENHORS, 2010).

A década de 1960 é marcada por vários acontecimentos, dentre eles estavam o movimento Hippie, o Maio de 68, o surgimento da pílula anticoncepcional, entre outros. Portanto, é nesta década que o feminismo cresce e é solidificado como um movimento libertário, no qual quer que a mulher tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Assim sendo, o momento é para as vozes das mulheres que falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. Segundo Adelman (2004),

[...] o que aconteceu nos anos 60 abalou a legitimidade de certas formas de poder e autoridade ou, pelo menos, criou movimentos que iniciaram essa tarefa, de maneira que pudemos ter acesso a uma nova linguagem para refletir sobre o mundo e, provavelmente, também para agir nele. (ADELMAN, 2004, p.27).

Enquanto na década de 60, na Europa e nos Estados Unidos, o feminismo crescia e ganhava espaço, no Brasil foi diferente, pois, este estava passando por uma Ditadura Militar. O golpe de 1964 não deixou abertura para movimentos de caráter libertário e revolucionário, fazendo com que o movimento feminista perdesse força. Neste momento, qualquer manifestação era vista como perigosa e moralmente condenável. Apesar disso, algumas

mulheres prosseguiram em sua luta mesmo sendo de forma clandestina, passando muitas vezes por grande aflição e sendo torturadas por reivindicar seus direitos. (Pinsky, Pedro, 2013).

A busca de direitos e emancipação das mulheres não parou, sendo assim, surge a terceira onda do movimento feminista, na década de 1980, consolidando-se efetivamente em 1990. Neste momento, o questionamento sobre a igualdade e a diferença tem mais profundidade, pois esta nova corrente do feminismo procura apontar as falhas nas discussões das feministas das décadas anteriores.

Na terceira onda do movimento feminista vieram às teorias “pós-feministas” para denunciar os discursos anteriores do feminismo, os quais foram vistos como preconceituosos. O que era relevante para o feminismo no momento era discutir sobre “raça”, etnia, idade, classe, direito humano, dentre outros. E o conceito de gênero agora passa a ser pensado como um dos elementos constitutivos de relações sociais e assim articulado com as categorias como etnia, raça, idade, classe, dentre outros. (NEVES, 2005).

Constatamos que os movimentos feministas passaram por várias fases e todas elas foram de grande relevância para a emancipação das mulheres. Cada etapa trouxe estudos para melhor entender a mulher na sociedade e a busca pela sua emancipação. Um dos estudos que colaboraram para desmistificar e reinterpretar as relações sociais das mulheres foi o de gênero, logo de início procurou refutar o conceito sobre o determinismo biológico e abranger as dimensões psicológicas, sociais e culturais. A categoria gênero teve todo um processo evolutivo. Segundo Hawkesworth (1999)

As primeiras investigadoras feministas empregaram o termo gênero para repudiar o determinismo biológico, demonstrando a gama de variação em construções culturais da feminilidade e da masculinidade. Em trabalhos mais recentes, outras e outros empregam o gênero para analisar a organização social das relações entre homens e mulheres (Rubin, 1975; Barret, 1980; Macknnon, 1987); para investigar a reificação das diferenças humanas (Hawkesworth, 1990; Shanley e Pateman, 1991); para conceitualizar a semiótica do corpo, o sexo e a sexualidade (De Lauretis, 1984; Silverman, 1988); para explicar a distribuição de cargas e benefícios na sociedade Walby, 1986; Connel, 1987); para ilustrar as microtécnicas do poder ((De Lauretis, 1987; Sawiki, 1991); para iluminar a estrutura da psique (Chodorow, 1978); e

para explicar a identidade e as aspirações individuais (Epperson, 1988; Butler, 1990). (HAWKESWORTH, 1999).

Percebemos uma diversidade de abordagem sobre gênero, lembrando que o conceito de gênero emerge na década de 1970, como forma de teorizar a questão sexual, promovendo assim um avanço nos estudos feministas. Sardenberg (2004, p.24) acrescenta que “O gênero abriu os caminhos para a desconstrução e para a desnaturalização do masculino e feminino”.

Desta forma, na terceira geração, as feministas problematizaram as teorias totalizantes sobre gênero, não mais como uma forma homogênea e estável de ser mulher ou homem. Predominou o processo de desnaturalização e desconstrução das perspectivas de gênero das gerações anteriores. Sendo assim, gênero passou a ser uma categoria relacional e política (Scott, 1986).

Os estudos da historiadora Joan Scott (1998) foram primordiais, pois trouxeram novas perspectivas para os estudos de gênero, o que abalou com a concepção de dualidade entre sexo e gênero que predominou até a década de 80. Segundo Scott (1988)

a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1988, p.14)

Para ela, gênero é referir-se a duas partes e várias subpartes constituídas de ligação entre si, onde há uma análise distinta. Nesse sentido, ela retoma o método de desconstrução como forma de desconstruir vícios universais e temporais entre homem e mulher (PISCITELLI, 2002).

Foucault teve influência nos estudos de Scott, pois para ele gênero é um saber sobre as diferenças sexuais, é uma relação inseparável entre saber e poder baseado nas relações sociais sobre diferença entre os sexos. Elenca Scott (1995):

o termo ‘gênero’ torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. ‘Gênero’ é, segundo esta definição, uma

categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 75).

Para Scott, as relações de gênero são desenvolvidas e construídas diferentemente em cada sociedade ao longo da história e do cotidiano com normas e valores constituído por instituições e também nas relações econômicas, políticas etc. Há uma construção de significados culturais e relações hierárquicas em relação homem e mulher. São símbolos e significados construídos sobre a percepção da diferença sexual (CARVALHO, 2011).

A ênfase não está apenas na inclusão da fala dos oprimidos na historiografia ou com as desigualdades de poder, mas na existência de múltiplas identidades. Sendo assim, a ideia universal sobre mulheres passa por uma fragmentação por classe, “raça”, etnia, geração etc. associada a diferenças políticas. Neste momento a questão não é analisar as diferenças entre os sexos, mas à questão da “diferença dentro da diferença”. (Scott, 1992:87).

Portanto, segundo Scott, os estudos sobre gênero necessita ter uma rejeição do caráter permanente da oposição binária “Masculino X Feminino” e historicizar e “desconstruir” nos termos de Jacques Derrida, no qual reverte e desloca a construção hierárquica, em lugar de aceitar como evidente ou natural das coisas (Scott, 1994: 16).

Percebemos que muitas historiadoras, a exemplo de Scott, contribuíram para compreender e enfatizar a história das mulheres em sua emancipação. Os seus escritos teóricos foram de grande relevância, mostrando a mulher antes no ambiente privado para o público, como todas as suas lutas nos movimentos feministas.

As historiadoras feministas tiveram dificuldades para contar a História das mulheres, devido à história sempre colocar as mulheres nas áreas de invisibilidade. Ao longo do tempo, elas estiveram na esfera privada, lugar ausente das atividades consideradas dignas de serem registradas para as demais gerações. Segundo Michelle Perrot (1889) são nos arquivos privados

(cartas, diários íntimos etc.) onde podemos encontrar registros sobre a vida das mulheres desses períodos.

A vantagem era que elas tinham uma grande habilidade para transmitir as histórias vividas, individuais e coletivas da família e, com isso, ajudaram nos escritos por meio da história oral e também através de objetos pessoais, como fotografias. Segundo Rago (2001, p.19), as mulheres são “guardiãs da memória”. Portanto, a história oral vai ser um instrumento relevante para registro da memória feminina.

O estudo sobre memória feminina foi muito relevante para entendermos a história das mulheres. Vários historiadores mostram um grande interesse sobre o estudo da memória. Essa inspiração decorre da historiografia francesa, em especial da história das mentalidades a qual se propagou em 1970. Assim, o estudo da memória abordava aspectos da vida em família, da cultura popular, da religiosidade, dos hábitos, entre outros. (FERREIRA, 2002).

Vamos entender melhor sobre memória com a obra *Memória Coletiva*, de Maurice Halbwachs (2004), na qual ela discorre que a memória individual vem existir a partir da memória coletiva, posto que as lembranças, várias ideias, sentimentos, que vem de nós, na verdade são inspirados pelo grupo. Portanto, segundo Halbwachs, a memória individual refere-se a uma “intuição sensível”, a qual não surge por si própria, mas nasce no interior de um grupo.

Haveria então, na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que - para distingui-lo das percepções onde entram elementos do pensamento social - admitiremos que se chame intuição sensível (HALBWACHS, 2004, p.41).

Essa memória individual é construída a partir de lembranças e referências de um grupo, observando o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e suas relações. Nesse fenômeno de recordação das lembranças é preciso levar em consideração os contextos sociais que servem de base para a reconstrução da memória. As lembranças podem, através da vivência em grupo, ser reconstruídas ou simuladas. Segundo Halbwachs (2004),

a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada (HALBWACHS, 2004, p. 75-6).

A lembrança necessita de uma comunidade afetiva, construída pelo convívio social com outras pessoas para torna-se consistente. Em vista disso, cada indivíduo pode basear a sua impressão nas lembranças de outras pessoas do mesmo grupo que está inserido. Quando isso não acontece e a recordação do evento narrado por aqueles que viveram presentes na ocorrência do mesmo, é esquecida, quebra-se um elo entre o grupo (Halbwachs, 2004). Segundo o autor:

Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que essa reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. (2004, p. 39).

Conforme destaca Halbwachs, as lembranças são imprescindíveis para entender os fatos juntamente com o grupo vivido, mas esse elo é quebrado quando deixa de existir a lembrança coletiva ou quando o grupo que as sustentavam deixam de existir sem antes fazer a história. Então, percebemos o quanto é importante trazer para história a memória de grupos vividos antes que ela se vá, a exemplo da memória das mulheres campinenses que viveram no tempo da Ditadura Militar.

1.2 A mulher e sua participação na militância política na ditadura militar brasileira.

A ditadura militar no Brasil iniciou em 31 de março de 1964, logo após ser deposto pelos militares o governo legalmente constituído de João Goulart. O país passava por uma agitação política desde 1960, devido à renúncia do

presidente Jânio Quadros (PTN), assumindo seu vice João Goulart (PTB), conhecido como Jango, o qual defendeu medidas consideradas de esquerda.

Os planos de Goulart baseavam-se nas reformas de base que pretendiam reduzir as desigualdades sociais brasileiras, como, por exemplo, através da reforma agrária. Mas essas medidas preocuparam as elites, que temiam uma alteração social e abalo no seu poder econômico. O estopim que levou o golpe militar foi o discurso sobre essas reformas no Comício de 13 de março de 1964, realizado na Estação Ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Segundo (Araujo / Silva, 2013).

Os pronunciamentos do presidente causaram grande comoção em setores conservadores que desejavam sua derrubada do governo. O medo da radicalização dessas medidas e de um suposto “perigo comunista” levou milhares de pessoas às ruas nas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, organizadas por clérigos e entidades femininas, realizadas em várias cidades do país, sendo em algumas delas apoiadas pelos seus governantes (ARAUJO / SILVA, 2013, p. 15).

O golpe militar no Brasil foi aprovado por importantes setores civis da sociedade. As entidades femininas que apoiaram o governo militar reivindicaram medidas para que os homens permanecesse no poder, o que ia de contra aos ideais defendidos pelos movimentos feministas. As mudanças que colaboraram para emancipação das mulheres, desvinculando-as somente dos papéis de donas do lar, mães e esposas, vieram ser obtidas, posteriormente, por meio de mulheres militantes que lutaram contra a ditadura militar no Brasil.

A década de 1960 foi um salto paradigmático para as mulheres. Este momento destacou-se pela reconfiguração do papel social da mulher onde ela passou para o espaço público com atitudes de militante, longe dos padrões socialmente designados pela sociedade. Sendo assim, as mulheres passam a intervir significativamente na cena política, quer para apoiar a ditadura militar, quer para combatê-la.

Inúmeros fatores contribuíram para acontecer o golpe. Segundo Glaucio Soares (2001) os motivos que levaram ao golpe foram à instabilidade política, a adesão popular ao golpe, a crise econômica com a inflação, a crise

hierárquica militar, o perigo comunista, o apoio do governo americano, entre outros. Sendo assim, esses fatores contribuíram para a exclusão do presidente Jango, legalmente constituído.

Quando o presidente Jango foi deposto, este passou o seu exílio no Uruguai. No lugar do presidente, quem assumiu o poder foi o general Castelo Branco, em três de abril de 1964. A ditadura militar no Brasil foi administrada com todo um aparato repressor e com uma ampla e complexa estrutura, na qual fazia parte: o Sistema Nacional de informação (SNI), as Divisões de Segurança e informação (DSI), O Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI). Sendo assim, toda esta estrutura baseava-se no organograma repressivo no qual muitas pessoas consideradas “subversivas” foram torturadas, massacradas por um sistema autoritário (Fico, 2001).

Para Carvalho (2002) podemos dividir o governo militar em três etapas: a primeira refere-se aos primeiros anos após o golpe, de 1964 a 1968, com o governo de Castelo Branco e Costa e Silva, momento que se caracterizou pelo baixo crescimento econômico e intensa repressão. Na segunda fase, de 1968 a 1974, o crescimento econômico foi retomado, mas foi um momento sombrio de muita repressão, no qual os direitos políticos e civis foram vedados. A terceira fase vai de 1974 e perdurou até 1985, com o fim do regime militar. No final da ditadura o presidente que estava era o general Ernesto Geisel, o qual teve um governo dificultado em razão da crise econômica. Este, porém, foi responsável pela revogação das leis repressivas, restituindo os direitos dos cidadãos. Para Carvalho (2002),

O período combinou a repressão política mais violenta já vista no país com índices também jamais visto de crescimento econômico. Em contraste com as taxas de crescimento, o salário mínimo continuou a decrescer. (CARVALHO, 2002, p. 158)

Desta forma, vários foram os setores que se opuseram à ditadura militar. Nesta pesquisa, nos deteremos em refletir o papel da mulher neste período tão conturbado, analisando, principalmente, a sua militância política, fundamental para a emancipação feminina.

1. Figura Teatro em Greve contra a censura, 1968.



Foto de GONÇALVES / CPDOC JB / FOLHAPRESS

Esta foto mostra as artistas de teatro em greve contra a censura em 26 de junho de 1968, na passeata dos Cem Mil na Guanabara. Evidencia bem a participação das mulheres na política contra a Ditadura Militar reivindicando seus direitos. Essa passeata foi organizada pelo movimento estudantil e reuniram estudantes, artistas, intelectuais, políticos entre outros (TEIXEIRA, EVANDRO, 2008).

Pensar a participação política das mulheres nos movimentos da ditadura militar nos faz lembrar que elas tiveram que passar por uma longa trajetória para fazer parte de um movimento político. De acordo com Sow (2010), as mulheres, assim como os escravos e os estrangeiros, possuíam uma posição inferior na sociedade por séculos, estas não eram consideradas cidadãs, sendo colocadas à margem dos assuntos de interesses políticos. No Brasil, no período colonial, predominava a sociedade patriarcal, onde os direitos políticos eram restritos aos homens, situação essa que continuou após a independência do país. Segundo Guarinello apud Mesquita (2005),

Embora a posição das mulheres variasse em cada cidade, em cada âmbito cultural, é fato que elas permaneceram à margem da vida pública, sem direitos à participação política, restringidas em seus direitos individuais, tuteladas e dominadas por homens que consideravam o lar, o espaço doméstico, como o único apropriado ao gênero feminino. (MESQUITA, 2005, p.23).

Logo que a mulher compreendeu que poderia sair do seu papel de excluída, determinou buscar o seu espaço na sociedade e procurou mostrar seu valor para a sociedade por meio de movimentos que reivindicavam seus direitos.

A partir de 1919, no Brasil, com o movimento sufragista, percebemos as mulheres conquistando os seus direitos políticos. As suas lutas resultaram na conquista do voto em 1932 (SOIBET, 2013). Outras mudanças também foram vistas no período da Ditadura Militar, elas foram às ruas lutar por direitos mais amplos, em especial voltados para a democratização do país. (DESOUZA, 2000). Segundo Bastos (2004, p.1), “as transformações sociais ocorridas na sociedade brasileira, especialmente a partir dos anos 60, criaram as condições mais gerais para a efetiva constituição da ‘mulher como sujeito político’”.

Neste período autoritário, as mulheres brasileiras, através de suas reivindicações, conseguiram vencer barreiras e conquistar territórios antes não conquistados. O governo militar no Brasil era regido por homens e preferencialmente para homens. Quando essas mulheres romperam com essas barreiras, passaram a ser vistas como “mulher subversiva”, tida como prostituta comunista, desviante política (TORRES, p.104, 2014).

Para Perrot (2013, p.153), neste período, “ser uma mulher na política, ou ainda ser uma ‘mulher política’, parece uma antítese da feminilidade”. Portanto, a mulher, para sociedade do período Ditatorial no Brasil, deveria restringir suas funções sociais ao âmbito privado, sendo considerada inadmissível sua atuação no âmbito público.

As mulheres foram mostrar sua participação de militância nos movimentos estudantis contra a Ditadura Militar, principalmente nos anos de chumbo, entre os anos de 1968 e 1974. Elas, em sua grande maioria, eram do ensino superior: estudantes, professoras e profissionais. A maioria dos

jovens que aderiram à luta armada era de classe média (REDENTI, 1990). Desse modo,

a mulher militante política nos partidos de oposição cometia dois pecados aos olhos da repressão: de insurgir contra a política golpista fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos (NASCIMENTO, p.24, 2014).

Segundo Nascimento (2014), a mulher militante não era bem vinda na sociedade, havia um preconceito contra este perfil de mulher, pois elas eram consideradas subversivas. A sua posição diante da política e do papel que estava exercendo era vista de forma indigna pela sociedade.

Percebemos que em meio ao caos de governos autoritários muitas mulheres não se renderam e foram além de um sistema repressor. Para a perspectiva foucaultiana, onde há poder há resistência, uma vez que, “[...] jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (FOUCAULT, 1979, p. 24).

Mesmo com um sistema tão autoritário, as mulheres romperam as barreiras e obtiveram participação na vida política e na vida pública. O papel feminino não cabia agora somente ao de dona de casa, esposa, mãe, ou qualquer outra função que as colocassem a mercê do espaço masculino, como ocorreu com os agrupamentos femininos que apoiaram o golpe militar.

Ao se inserir nos movimentos estudantis universitários de 1962, e também nas campanhas reformistas do final do período populista, as mulheres foram obtendo espaço na vida pública. A presença do movimento estudantil universitário trouxe grande mobilização contra o silêncio forçado pela ditadura militar em 1964. O golpe militar tentou conter o movimento de massa, mas não conseguiu, pelo contrário: se antes este já possuía adesão de boa parte do público discente, depois do projeto de reforma educacional estabelecida e a grande repressão pelos militares, agora tornou-se ainda mais forte, pois o movimento estudantil lutou bravamente contra essas medidas.

Ventura (1988) discorre que o movimento estudantil era visto como uma ameaça ao Governo Brasileiro, que tinham certo temor devido à luta

desse movimento ser por uma democracia. Portanto, como forma de combater esses movimentos, foi decretado o Ato Institucional nº5, o AI-5, de 13 de Dezembro de 1968.

O AI5 determinava a suspensão de todas as garantias dos direitos políticos e individuais das pessoas. A intenção era acabar com os movimentos estudantis e todos que eram considerados pela ditadura militar de “subversivos”. Esse Ato institucional não foi aceito por muitas pessoas, pois tirava todos os direitos civis e políticos individuais. Então, a luta armada foi o caminho para combater esse sistema de governo tão repressor, a clandestinidade já não era mais opcional, mas obrigatório. Esse período foi marcado pela intensa perseguição aos que eram considerados “subversivos”, os quais saíram nas ruas clamando por democracia, empunhando armas. Esse tempo ficou conhecido como “os anos de chumbo” (VENTURA, 1988).

Para Abreu (1997), o projeto de acabar com a ditadura ia além de mudanças políticas, trazia ideias revolucionárias de mudanças de valores, costumes e relações sociais na busca de uma igualdade. Os adeptos a essa revolução eram na sua grande maioria jovens entre 14 e 24 anos, no qual compartilharam projetos e viveram a mesma conjuntura histórica.

No Brasil, nos anos 1960 e 1970, várias mulheres participaram de organizações de militância política e luta armada. Segundo Ridenti (1990, p. 114), a participação feminina nos movimentos de guerrilha proporcionou a emancipação da mulher e o rompimento com “o estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino”. Para Nascimento, Santos e Trindade (2007),

A participação feminina nas organizações de militância política e luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, pode ser tomada como um indicador das ‘rupturas iniciais’ que estavam ocorrendo no que era designado, à época, como próprio das mulheres, colocando em questão a tradicional hierarquia de gênero. (NASCIMENTO, SANTOS E TRINDADE, 2007, p. 360).

Para Ridenti (1990), as mulheres militantes dos quadros das organizações de esquerda correspondiam a 16%, e dos militantes armados 18,3%, na década de 1970. Estas mulheres tiveram que enfrentar muitos

obstáculos até mesmo nos movimentos de esquerda que participavam, em razão do preconceito de gênero se perpetuar inclusive dentre os militantes, havia um certo machismo nas organizações de esquerda.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, as mulheres não se renderam, muitas abandonaram suas vidas cotidianas para lutarem contra a ditadura militar. Devido a esta escolha, sofreram as mais variadas formas de tortura e, às vezes, para sobreviver, optaram pelo exílio. Infelizmente a tortura foi institucionalizada no Brasil chegando ao ponto de ser “método científico”, no qual, ministrava aulas a respeito e as pessoas chamadas de “subversivas” eram as cobaias para as práticas desse método. (EVARISTO, 2001).

A tortura na ditadura militar foi algo que atingiu tanto o homem quanto a mulher, e estes passaram às mais bárbaras formas de torturas. Mas as mulheres sofreram uma parte a mais, devido sofrer tanto violência física como sexual, em razão de os torturadores serem homens. Elas passaram muita humilhação no qual o seu agressor procurava inferiorizar, fragilizar e amedrontar.

Para entendermos melhor sobre a tortura da mulher na ditadura militar no Brasil, vamos utilizar o depoimento de uma mulher relatado no livro “Brasil: Nunca mais”, de Paulo Evaristo Arns (2001).

[...] Despida brutalmente pelos policiais, fui sentada na “cadeira do dragão”² sobre uma placa metálica, pés e mãos amarrados, fios elétricos ligados ao corpo tocando língua, ouvidos, olhos, pulsos, seios e órgãos genitais [...] que foi transferida para o DOI da PE, onde foi submetida a torturas com choque, drogas, sevícias sexuais, exposição de cobras e baratas; que essas torturas eram efetuadas pelos próprios oficiais [...] a interrogada quer ainda declarar que durante a primeira fase do interrogatório foram colocadas baratas sobre o seu corpo, e introduzida uma no seu ânus [...] a qualquer hora do dia ou da noite sofria agressões físicas e morais. “Márcio” invadia a minha cela para “examinar” meu ânus e verificar se “Camarão” havia praticado sodomia comigo. Este mesmo “Márcio” obrigou-me a segurar seu pênis, enquanto se contorcia obscenamente. Durante esse período fui estuprada duas vezes por “Camarão” e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades [...] que, um dia, irromperam na “geladeira”, ela supõe que cinco homens, que a obrigaram a deitar-se, cada um deles a segurando de braços e pernas abertas; que, enquanto isso, um outro tentava introduzir um objeto de madeira em seu órgão genital [...] nua, foi obrigada a desfilar na presença de todos, desta ou daquela forma, havendo, ao mesmo tempo, o Capitão Portela, nessa oportunidade, beliscando os mamilos da interrogada até quase

produzir sangue; que, além disso, a interrogada foi, através de um cassete, tentada a violação do seu órgão genital [...] ao mesmo tempo em que tocava seu corpo, tendo essa prática perdurado por duas horas; que o policial profanava seus seios e, usando uma tesoura, fazia como iniciar seccioná-los (ARNS/SOBEL, 2001, p.35).

Esse depoimento vem nos mostrar as terríveis torturas que as mulheres que reivindicavam seus direitos democráticos passaram na Ditadura Militar. Quando elas sobreviviam ao cárcere e às torturas, ainda enfrentavam um longo processo de retorno para a sociedade, pois a condição em que estavam causavam grande impacto na identidade e na vida, onde necessitaram de uma adaptação individual e social, necessitando passar, dessa maneira, por um processo de reinserção social.

Portanto, a volta das militantes à sociedade pedia um cuidado especial. O seu passado revolucionário muitas vezes era ocultado como forma de melhor aceitação no mercado de trabalho e na vida acadêmica. Devido a essas dificuldades, algumas mulheres resolveram continuar suas vidas em outros países.

Essas mulheres que foram torturadas, na sua maioria jovens da classe média e intelectualizadas, engajaram-se em movimentos contra a ditadura, nas décadas de 60 e 70, até início dos anos 80. Os seus objetivos eram a recuperação dos direitos civis, políticos e também pela anistia aos presos políticos e por melhores condições de vida. Na lista de nomes de mulheres que lutaram contra a Ditadura militar e foram presas e torturadas se encontram a presidente Dilma Rousseff, militante do Comando de Libertação Nacional (Colina) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). No final da década de 1970, a Ditadura Militar não tinha mais sustentação. O chamado “milagre econômico” tão esperado não progrediu, era o anúncio de uma nova crise do capitalismo internacional, onde iniciaria a cobrança da dívida externa e que levaria o Brasil ao FMI em 1980. Diante da crise, os militares, temendo serem punidos pelos crimes bárbaros que cometeram, usaram de estratégia de decretar a lei da Anistia, a dúbia lei, na qual tanto o lado dos agressores, quanto o das vítimas que lutaram por seus direitos, foram perdoados.

Entre 1979 a 1985, o Brasil passou por um processo de transição política com o fim da Ditadura Militar e o início de um Estado democrático. Com esse processo democrático, nasce a Constituição de 1988, a qual proporciona às mulheres a conquista de diversos direitos, inclusive na esfera política institucional. Portanto, mesmo levando a traumas e até mesmo a morte de algumas mulheres, a luta por seus direitos renderam a sociedade feminina bons resultados.

Exposto esse processo político e social da mulher na Ditadura Militar de 1964, vamos procurar compreender, no próximo capítulo, como se deu a resistência da mulher campinense, na Paraíba, contra a Ditadura Militar, bem como buscar entender como se encontrava a cidade neste período.

2.0 NARRATIVAS DE MULHERES CAMPINENSES SOBRE O PERÍODO MILITAR: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL.

2.1 Olhares sobre Campina Grande no período militar: modos de viver, formas de pensar a cidade.

Neste capítulo vamos trabalhar a respeito da cidade de Campina Grande no período da Ditadura Militar e a participação da mulher como cidadã e militante política. Sendo assim, para entender melhor essa trajetória vamos utilizar em especial entrevistas feitas com três docentes que vivenciaram esse período em Campina Grande, tem como preocupação trabalhar a memória de modo a analisar as narrativas orais dessas professoras.

Logo, não podemos deixar de discorrer o quanto as fontes documentais produzidas sobre o período da Ditadura Militar são bem escassas. Por isso, a memória das pessoas que participaram da resistência a Ditadura e passaram por perseguição, se constitui em uma excelente fonte de grande relevância.

No período da Ditadura Militar a Paraíba assim como os outros Estados passou por um período de grande perseguição. Na primeira semana, após o golpe, várias prisões aconteceram com agricultores ligados às Ligas

Camponesas. A Paraíba esteve presente na resistência à ditadura, tanto nas artes como na luta política. De acordo com Nunes (2011),

Foram registradas 178 prisões efetuadas no setor urbano e 172 prisões de trabalhadores rurais e camponeses. Houve o aniquilamento das Ligas Camponesas. A repressão no meio rural, além de ser feita pela Polícia Militar e pelo Exército, contou com a colaboração de capangas e das milícias particulares dos proprietários rurais. A sociedade civil com um todo apoiou o golpe militar. Os jornais publicaram notas de apoio às Forças Armadas, de vários sindicatos e associações (NUNES, 2011, p. 8).

Esse momento tão conhecido de autoritarismo e repressão que foi a Ditadura militar no Brasil, de 1964 a 1985, ficou marcado na memória de quem passou e sobreviveu as grandes perseguições.

No entanto, vamos pensar como estava a cidade de Campina Grande que está inserida na região do Agreste paraibano nesse tempo de autoritarismo. Para Cardoso (1963), essa época Campina Grande tinha um bom desenvolvimento econômico o que proporcionou um destaque para a cidade, apesar de não ser capital do Estado. Em 1960, a cidade de Campina Grande tinha um cenário de modernização.

O ser moderno envolvia múltiplas compreensões, desde a possível perda das raízes culturais e do passado histórico, até a aceitação de que é indispensável superar 'o atraso histórico (REZENDE, 1997, p.19).

Sendo assim, a cidade procurou seguir o progresso e se adequar ao padrão considerado moderno da época. Campina Grande, na década de 1960, destacava-se também por ser "um dos mais importantes centros de ensino superior da região Nordeste, atraindo um grande número de estudantes, de diversos Estados, inclusive do sul do país" Nesta década de 60, já tinha a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Regional do Nordeste (URNe), Faculdade de Ciências Econômicas (Face) e a Escola Politécnica (Diário da Borborema, 1992).

O desenvolvimento de Campina Grande era bem evidente em meados do século XX. Pois, o ensino superior expandia-se juntamente com a população e também a produção industrial, cuja base da sua economia por décadas foi o algodão.

Uma cidade eminentemente comercial, Campina teve na rede Ferroviária, um dos grandes pontos de apoio do seu progresso. Hoje, superada pelo grau de tecnologia avançada, conseguido pelos outros meios de comunicação, velha estação de trens, entretanto, remodelada pela Prefeitura Municipal, permanecerá para sempre como um marco da luta pela evolução. (Diário da Borborema – 24.08.1974; p.9).

Mesmo com o desenvolvimento da cidade no período da Ditadura Militar, Campina Grande enfrentou problemas. Conforme discorre Cabral Filho (2007),

Por volta de 1960, com o progressivo declínio das atividades cotonicultoras, Campina Grande passou a perder espaço e prestígio econômico, muito embora tenha buscado afirmação em outros campos da produção, mais precisamente em atividades industriais que, sob os auspícios da Sudene, conheceu também consideráveis progressos. (CABRAL FILHO, 2007, p. 4)

Notamos também problemas na cidade de Campina Grande em 1970, devido à falta de recursos financeiros, oportunidades de emprego e a precariedade do sistema viário urbano. Essa tão sonhada cidade com o seu centro Universitário e com um bom desenvolvimento se viu em dificuldades por causa de um governo militar repressor. (Diário da Borborema, 1978).

Segundo Carvalho e Scocuglia (2010) mesmo com a crise o governo procurava mostrar a imagem de uma cidade muito bem ordenada, bem planejável, com uma ótima administração e que não necessitava da participação da sociedade civil com propostas de melhorias para cidade.

Além dos cidadãos campinenses terem perdido os seus direitos civis e políticos por causa da Ditadura Militar passaram também por constrangimento ao ser instalado um mecanismo repressor de vigilância nas Universidades e escolas era um momento de muito silêncio e temor.

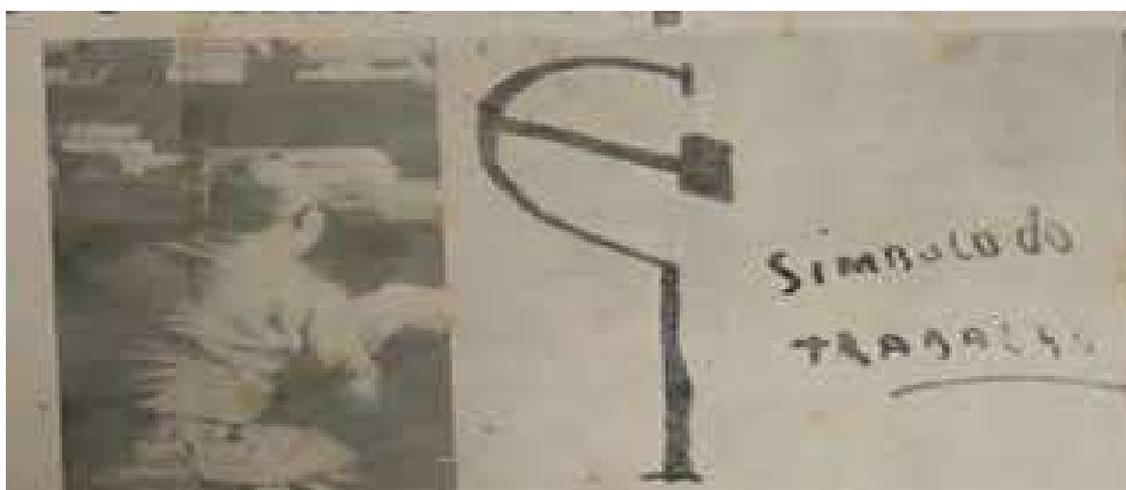
Percebemos que o setor estudantil foi um alvo dos perseguidores. O clima de terror implantado nas Universidades trouxe muitas tensões. Por não poder atuar nas ruas alguns estudantes acadêmicos aderiram à luta armada outros atuaram nas próprias instâncias deliberativas das Universidades. O deputado Tarcizo Telino na Assembleia Legislativa se pronuncia a respeito dos movimentos estudantis na Capa do jornal A União 13.

Os estudantes paraibanos devem se omitir dessas agitações que ora se verificam nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, pois elas não representam os interesses da classe estudantil e, sim, atente aos interesses de uma minoria política e subversiva [...] esta não é a hora de se solidarizar com uma classe que ainda não sabe o que quer. (A União, 20 de maio de 1977).

Para o deputado Tarcizo Telino era inaceitável as manifestações estudantis, pois para ele os jovens dos movimentos estudantis estavam requerendo algo que não cabia a eles reivindicar, quando na verdade deveria está preocupados apenas com o ensino. Sendo assim, não deveriam seguir modelos de agitações de “subversivos” que aconteciam em outros Estados como São Paulo e Rio de Janeiro, no qual prejudicava a ordem pública. Portanto o ato de reivindicar os seus direitos de cidadãos era algo de repúdio por alguns setores da sociedade que apoiava a Ditadura militar. As pessoas que saiam na rua em busca dos seus direitos corriam o risco de serem presas, torturadas e até mesmo mortas.

O sistema repressivo estava nas ruas da cidade de Campina Grande, a busca era por pessoas consideradas “subversivas”. A classe estudantil era um alvo certo, uma vez que se concentrava nas escolas e universidades um grande número de membros da esquerda que lutavam por democracia. De acordo com o Diário da Borborema (1964), uma busca e repressão foram feito ao Centro Estudantil Campinense (CEC) pelo Batalhão dos Serviços de Engenharia.

2. Figura Invasão ao Centro Estudantil Campinense (CEC)



Fonte: Diário da Borborema (10 abr. 1964, p. 01)

A imagem mostra a invasão ao Centro Estudantil Campinense (CEC), o homem que se encontra na foto é um soldado analisando o material da biblioteca. Essa imagem de uma foice e o martelo é um dos símbolos do comunismo, este símbolo estava pintado em uma das paredes do CEC, mas feito uma montagem pelo jornal ao colocar nessa parte direita. No CEC “na biblioteca vários livros de Karl Marx que ensinavam aos estudantes como trair a pátria” (Diário da Borborema, 10 Abr. 1964, p. 01).

Diante do acontecido de perseguições vários estudantes receosos resolveram queimar as fichas com os nomes dos integrantes do centro e alguns documentos que os comprometessem, como forma de manter em sigilo os nomes dos integrantes do grupo do Centro Estudantil Campinense (CEC) e assim evitar mais perseguições.

Em entrevistas concedidas para o TCC, com as professoras M.P. R., M. L. R., J. R. W., tivemos a oportunidade por meio dos seus relatos entender mais como estava Campina Grande no período da Ditadura Militar e saber como era a participação das mulheres nesse período.

A professora M. P. R. (2015) , em entrevista concedida discorre que a cidade de Campina Grande passava por um período muito autoritário, onde tinham que obedecer às normas dos militares. Período esse de muita cassação no meio político onde prefeito e reitor tiveram que sair dos seus cargos para militares assumirem. Segundo M. P. Ramos (2015), “o reflexo da ditadura militar refletia em todas as cidades em todos os Estados, aqui em Campina Grande não era diferente, não tinha vontade própria à vontade era dos militares”.

Percebe-se que o momento era bem conturbado e as autoridades que governavam tinham que fazer parte do sistema repressor. Para M. P. R. a cidade de Campina Grande estava se desenvolvendo era um período de efervescência em relação às Universidades que estavam surgindo e também o cinema. De modo, que declara M. P. R.,

era uma cidade de porte médio do interior, mas que tinha seu valor. Nesta época estava vindo muitos professores de fora do Sul pra aqui. Muitos perseguidos da ditadura vinham para um lugar menor pra ver

se escapava da perseguição militar e isso influenciou no ensino em Campina Grande (M. P. R., 2015).

Apesar do difícil momento de repressão que a cidade estava vivendo o deslocamento de profissionais, de outros Estados para Campina Grande – PB colaborou para o seu desenvolvimento seja no ensino ou na área de trabalho.

A entrevista com a professora J. R. W. veio confirmar o que a professora M. P. R. declara sobre Campina Grande. Na entrevista ela conta que esse período de atraso que a ditadura proporcionou não impediu que a cidade de Campina Grande desenvolvesse. Segundo J. R. W.,

Campina Grande apesar de está sob um governo ditatorial, não impediu de se desenvolver. Conhecida por seu desenvolvimento comercial e por seus polos universitários, trazendo conhecimento e desenvolvimento para cidade, vem mostrar seu desenvolvimento também com o surgimento do cinema. Apesar de ser uma cidade do interior era valorizada (J. R. W., 2015).

A professora M. L. Ribeiro fala sobre o conservadorismo em que a cidade de Campina Grande vivia apesar do seu desenvolvimento. Ela discorre que os jovens tentavam de alguma forma fugir desse conservadorismo nem que seja mudando a sua forma de se vestir. Para M. L. R. (2015) os anos 70 e 80,

Neste momento começaram os bailes, rock, os assustados. A juventude começou a imergir, foi um movimento de ruptura, é como uma borboleta que estivesse no casulo e começasse abrir as asas, depois houve uma abertura política (M. L. R., 2015).

Portanto, os estudantes clamavam por mudanças eram a vozes que pediam uma democracia. Os jovens era o grande grupo que se erguia para batalha. A mulher estava inserida nesses movimentos de luta pelos direitos democráticos.

Os primeiros grupos de mulheres na Paraíba foram “*O Grupo Feminista Maria mulher*” criado em 1979, “*O Grupo Raízes*” criado em 1984 e o Grupo “*União de Mulheres de Cruz das Armas*” criado em 1986 (ALBUQUERQUE, 1992). Na ditadura havia grupo de mulheres de forma clandestina e que saíam as ruas reivindicando seus direitos.

O Grupo Raízes nasceu na cidade de Campina Grande, cujos membros eram estudantes da Universidade Regional do Nordeste (URNE). Esse grupo feminista era formado por militantes voluntárias e de profissões variadas, no qual, lutavam pelas conquistas dos seus direitos. (ALBUQUERQUE, 1992).

A professora M. L. R., conta que no período da década de 70 e 80, em Campina Grande tinha movimentos efervescentes estudantis e havia também participação das mulheres em movimento camponês e operário. Mas nos movimentos estudantis as mulheres tiveram uma enorme presença. Segundo M. L. R. (2015),

Eu acho que as mulheres participaram, até as próprias donas de casa quando falavam influenciavam e também nós professoras. Então nós contribuimos um pouco através de palavras e bons livros. Naquele momento o alunado tinha uma visão política muito mais clara do que atualmente (M. L. R., 2015)

Para professora M. L. R., cada mulher que tinha uma visão do que é um país democrático, saberia clamar por justiça. Portanto, até mesmo aquelas que ficavam em casa tiveram sua colaboração contra o sistema repressor da Ditadura Militar.

Segundo a professora M. P. R., em entrevista, vem confirmar as palavras da professora M. L. R., ao declarar que a mulher campinense trabalhou para uma redemocratização do país. Para ela “existiam mulheres jovens ou mais maduras que pertenciam a algum movimento político de forma geral”. Independente da formação, idade ou classe social as mulheres clamavam em alta voz para o fim da Ditadura Militar.

De acordo com a professora J. R. W., na entrevista, diz que o papel da mulher campinense foi muito relevante na luta contra a Ditadura Militar. Pois, havia grupos de mulheres que ajudavam pessoas perseguidas pela Ditadura, essas trabalhavam para o bem estar social. O objetivo delas, segundo J. R. W. (2015)

foi à luta das mulheres pelos seus direitos civis e políticos que foram roubados e assim saíram do âmbito doméstico para os movimentos, a fim de conseguir melhorar a situação de sua família ou das famílias

de outras pessoas que se encontravam perseguidas e oprimidas pelo sistema ditatorial (J. R. W., 2015)

Notamos que assim como as demais mulheres que lutaram contra o sistema autoritário da ditadura e a busca de melhorias para o país, assim também foi à mulher campinense. Elas não se privaram de ir à luta mesmo muitas vezes tendo que se deparar com um sistema repressor. Através da memória das professoras nas entrevistas, conseguimos compreender a luta e quem eram essas mulheres militantes campinenses que lutaram por um país melhor.

2.2 Memória e história de participação feminina em Campina Grande no período militar

O período da Ditadura Militar de 1964 a 1985 traz toda uma história de um passado temido e silenciado. Na contemporaneidade percebemos o aumento das buscas memoriais sobre a Ditadura Militar. Nesse momento nasce a preocupação de romper com o abrandamento da memorial social sobre essa fase onde prevaleciam os discursos e histórias oficiais.

De acordo com Michael (2010) ao negar um acontecimento histórico à intenção é cicatrizar provisoriamente as feridas coletivas. Ao discorrer sobre a Ditadura Militar é algo que sempre requereu cautela, porque os envolvidos que cometeu crimes terríveis de torturas e mortes eram militares participantes do governo que estavam acobertados pela lei. Segundo Dantas (2008)

Preliminarmente deve-se ressaltar que em toda a América Latina o passado é marcado de violência e deve ser constantemente amenizado para não perturbar o seu frágil equilíbrio social. Sob a ideia de “evitar excessos ideológicos” os Estados latino americanos sempre buscam barganhar com o passado, utilizando a técnica conciliatória e redentora do esquecimento. (Dantas, 2008, p. 48).

Então, o que parece ser mais favorável é esquecer as agruras ou as memórias ditas “inadequadas”, visto que é uma ameaça à segurança nacional, pois o esquecimento proporcionaria uma reconciliação nacional

(SELIGMANN, 2006). Esse e outros argumentos foram por anos estratégias de esquecimento sobre a história da Ditadura Militar no Brasil.

Portanto, a memória sobre a Ditadura Militar foi relegada por muito tempo. Na procura de vencer esse tempo de negação nos propomos trabalhar sobre a memória da mulher campinense relatando sua participação política nesse tempo de repressão. Então, por meio de entrevistas trouxemos a memória dessas mulheres para entender a participação da mulher campinense nesse período.

Lembrando que é muito importante registrar uma memória, porque toda memória é dada a esquecer naturalmente, por causa da força da idade, ou problema neurológicos, biológicos e sobretudo porque a memória é seletiva. Como aponta Paul Ricoeur (2007),

O esquecimento não seria, portanto, sob todos os aspectos, o inimigo da memória, e a memória deveria negociar com o esquecimento para achar, às cegas, a medida exata de seu equilíbrio com ele? E essa justa memória teria alguma coisa em comum com a renúncia à reflexão total? Uma memória sem esquecimento seria o último fantasma, a última representação dessa reflexão total que combatemos obstinadamente em todos os registros de hermenêutica da condição histórica. (Ricoeur, 2007, p. 424).

Outro aspecto que pode ocasionar o esquecimento da memória são os traumas vividos pela pessoa. Onde por vezes utiliza do esquecimento como mecanismo de funcionalidade para lidar com um passado cruel.

Portanto, a memória precisa vencer muitos obstáculos para ser registrada. Para acontecer às entrevistas com as professoras M.P. R., M. L. R., J. R. W. não foi diferente. Logo de início duas delas que passaram por momentos traumatizantes, causado pela Ditadura Militar em Campina Grande ficaram receosa e incomodada ao falar do assunto. Percebi que o assunto traz uma enorme tristeza, mas também vi um sentimento de satisfação por ter lutado pela democracia e por está colaborando através da sua memória para registrar esse tempo de repressão.

Na entrevista com M. P. R., esta discorre que o período da Ditadura militar representou um período de negação aos direitos humanos, aos direitos democráticos e aos direitos civis. A mesma declara que:

foi um período muito duro, muito difícil pra todos nos brasileiros principalmente para quem era atuante em algum movimento de esquerda que foi meu caso. É um regime que não nos satisfaz mesmo, que não atinge o anseio do povo um anseio de liberdade de escolha, liberdade de expressão, a gente se admira ainda que as pessoas querem que volte o regime militar. Eles não sabem o que é o regime militar se eles soubessem não pediria nunca a volta do regime militar a gente pode querer aperfeiçoar a democracia que está instaurada no país, a democracia está cheia de defeitos, coisas a melhorar, mas não seria o retrocesso da ditadura militar aqui na nossa Pátria que resolveria (M.P.R, 2015)

Enquanto, para J. R. W. (2015) a Ditadura representou “um período de atraso no campo cultural, político, social e econômico”. Trazendo também a colaboração da professora M. L. R. esta diz que representou “um período em que as forças reacionárias, mais conservadoras venceram”. Portanto, através dos relatos das docentes vimos que a Ditadura não foi nada democrática, cujo poder e as decisões estavam nas mãos dos militares, momento esse muito difícil para a sociedade.

As mulheres que lutaram na Ditadura Militar passaram por muitas aflições, devido às autoridades vê-las como “subversivas” e por estarem assumindo um papel que para a sociedade não cabia a elas. Então, para entender como foi à trajetória das mulheres campinense que lutaram na Ditadura militar vamos enfatizar as batalhas dessas professoras que viveram esse período conturbado.

A professora M.P. R., nessa época de Ditadura militar já era docente, solteira, esta tinha o curso pedagógico e fazia o curso de Letras em 1967, na URNE, hoje Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Era participante ativa do Movimento Estudantil e pertencia a uma organização de esquerda, chamada Ação Popular, no qual, incorporou-se ao Partido Comunista do Brasil – P.C. do B. Segundo M. P. R. ela,

Simpatizava-se por Paulo Freire pelas coisas que eram diferentes da época das coisas que estavam acontecendo, mas foi a minha entrada na Universidade que eu comecei a participar dos movimentos estudantis. Simão Almeida era o líder do nosso grupo estudantil, hoje mora em João Pessoa, fazia engenharia na Federal. Eu me engajei nos movimentos estudantis de esquerda. Participava de comício, e passeatas, panfletagem, fazia tudo o que era possível e impossível, era bem ativa como professora e estudante atuante (M. P. R., 2015)

Em 1968, M. P. R. foi eleita presidente do Diretório Acadêmico e indicada para representar a Faculdade de Filosofia – Letras, no Congresso da Une, que foi realizado em Ibiúna – SP. A sua ida para esse Congresso acarretou em prisão juntamente com outros estudantes. Ela ficou em uma cela super lotada a alimentação era precária, dormia no assoalho e a higiene era péssima. Nessa prisão passou poucos dias e foi mandada de volta para Campina Grande.

Logo ao chegar a Campina Grande teve a sua matrícula cancelada na Universidade. Ao passar um ano afastada da Universidade volta em 1971. Quase todos os estudantes que foram para o congresso com ela temendo a perseguição mudaram-se para outras cidades. Mas devido M. P. R. ter sua própria escola continuou seu projeto e sua moradia em Campina Grande.

Mas ela como tinha uma escola passou a ser alvo das atenções dos repressores. Era ameaçada por telefone, vigiada constantemente, anotavam as placas dos carros que estacionavam em sua porta, geralmente de pais e alunos da escola. A perseguição continuava e no dia 29 de abril de 1974, ao sair de seu trabalho para casa foi sequestrada, de meio dia, por elementos que se diziam Polícia Federal, que a transportaram, algemada e encapuzada, numa Kombi. Segundo M. P. R. (2015) a levaram para uma granja e ao chegar,

Iniciaram a tortura: bateram-me, deram-me os famosos “telefones”, interrogando-me com insultos e gritos. Um verdadeiro terror! Depois, obrigaram-me a me despir e aplicaram choques elétricos nos meus seios, orelhas e rins, sempre fazendo as mais infames ameaças. Depois fui levada para o DOI-CODI 4º Exército – Recife- PE, onde fiquei em uma cela sofrendo maus-tratos físicos e torturas psicológicas, em interrogatórios constantes, durante doze dias (M. P. R., 2015).

Após os doze dias a levaram de volta para casa, no percurso era sempre ameaçada com uma arma na cabeça. Esta foi largada em um bairro distante da sua residência em uma situação deplorável. Depois de tanto sofrimento ela chega em sua casa no “Dia das Mães”, recebida com grande emoção pela família que estavam desesperados atrás dela.

Quando ela estava presa os policiais invadiram a sua casa abriram armários e gavetas e levaram papéis, revistas e alguns livros alegando tratar-se de material subversivo. Mesmo depois de sua volta ela teve que enfrentar os traumas psicológicos sem contar o distanciamento de algumas pessoas, as ameaças dos militares continuaram por telefones, intimações para comparecer aos quartéis, Exército, Polícia Militar e Delegacia da Polícia Federal. Em sua declaração diz “Precisei, então, reunir todas as minhas forças para lutar, para não sucumbir, para espantar o fantasma do medo. E consegui, pois encontrei ancoradouro no coração das crianças”.

Percebemos que a tortura era algo inerente a Ditadura Militar e em cada cidade o sistema repressor operava. A memória da professora M. P. R. conta a história de uma mulher campinense que lutou por seus ideais democráticos. Mesmo sendo reprimida com terríveis torturas não se silenciou perante um sistema repressor e muito autoritário.

A outra professora J. R. W. que nos ajuda a entender a mulher na política em Campina Grande e sua participação na Ditadura Militar viveu esse período como docente, casada, trabalhava na Escola da Palmeira, hoje a escola Anésio leal. Neste período as escolas e Universidades viviam em plena vigilância. Aonde a professora J. R. W. trabalhava existia um sargento conhecido como S2 camuflado, dizendo-se ser aluno, cujo objetivo era obter informações para os militares.

A professora J. R. W. participou de movimentos estudantis clandestinos e também fazia parte da JOC (juventude operária Cristã), ela também era integrante da SABE no bairro do Jeremias e Palmeira. A sua mãe procurava ajudar e acolher as pessoas perseguidas pelo regime autoritário.

Com uma vida bem ativa procurou lutar por seus ideais democráticos. Em uma manhã do dia 29 de abril de 1968, a professora foi sequestrada quando saía da Escola e uma aluna percebeu e até passou mal ao ver a cena do sequestro. Segundo ela, quando a abordaram e pegaram no seu braço para colocar no carro. “Procurei gritar na intenção de fazer com que alguém notasse”. A intenção era avisar o que estava acontecendo com ela.

A professora J. R. W. foi levada para o mesmo local da professora M. P. Ramos, e passou pelo mesmo processo de torturas e aflições. Teve um momento em que as duas se viram. De acordo com a professora J. R. W. (2015),

me levaram para uma granja, sempre quando escutava uma sirene ficava esperando, era um sinal que eles poderiam chamar alguém para ser interrogado e esse alguém poderia ser eu. Vi várias pessoas muito machucadas, também passei por torturas sessão de murros e gritos, tapas no ouvido, colocaram fios elétricos nas olheiras, seios e dedos dos pés durante várias horas. Esse período do sequestro durou em cerca de duas semanas quando retornei para casa. O meu esposo me ajudou muito, pois tinha contato com ordens católicas internacionais que procuraram de alguma forma me encontrar, foram para rádio anunciar o sequestro (J. R. W., 2015).

A professora J. R. W. retorna também para sua casa no “Dia das mães”, ela foi deixada próximo a sua residência. Após o sequestro a professora foi muito bem aceita pela população do Jeremias e Palmeiras e assim continuou com as suas atividades dando aula e participando de uma forma indireta contra esse período de atraso que foi a Ditadura Militar.

Percebemos que o sistema repressor da Ditadura militar não operava somente nas grandes cidades. Campina Grande mesmo sendo uma cidade do interior foi atingida e as mulheres que foram perseguidas e torturadas passaram por momentos de muita aflição, até mesmo depois com os traumas que sofreram e ainda sofrem ao lembrar desse período cruel.

Outra professora que presenciou o período da Ditadura Militar foi M. L. R., ela no tempo ensinava no Colégio da Prata e havia todo um cuidado porque tinha pessoas infiltradas na sala de aula para espionar. Então, ela não se posicionava de uma forma tão direta contra o governo militar devido neste momento já ter acontecido muitas perseguições com vários professores. Temendo o sistema repressivo ela procurou comunicar aos seus alunos de uma forma discreta e cuidadosa por meio de metáfora a situação que o país se encontrava. Segundo M. L. R.,

depois quando começou haver mais possibilidade de mais abertura começamos a nos posicionar mais fortemente, às vezes se reunia com os alunos fora de sala de aula, mas foi um período muito conturbado inclusive professores foram presos. Esse período como profissionais vivenciamos com muita cautela porque não sabíamos

quem era de confiança e quem não era de confiança o que podia dizer e o que não podia dizer.

A professora M. L. R. nos anos 70 não participou de nenhum partido político no período da Ditadura Militar. Ela passou a participar já com o fim da Ditadura Militar nos anos 80 com o surgimento do partido do PT, no qual se filiou. Mas, a mesma não deixou de intervir contra a Ditadura Militar porque de alguma forma procurou conversar com seus alunos sobre esse período. Através dos relatos dessas professoras notamos que a mulher campinense desenvolveu uma boa participação contra a Ditadura Militar.

Conforme M. P. R. a mulher campinense mostrou-se atuante contra a Ditadura Militar, os movimentos não tinha apenas a participação de homens. Segundo J. R. W. a participação da mulher campinense muito importante para o bem social e para emancipação da mulher, pois a mesma agora não estava ligada apenas ao âmbito doméstico como de costume. Para M. L. R. a mulher campinense teve uma participação ímpar nesse momento de repressão, devido participar de muitos movimentos e lutar por seus direitos.

Dessa forma, através dos relatos das professoras podemos entender como foi a participação da mulher campinense e saber o que ela passou para conquistar seus direitos democrático. Lembrando que para isso acontecer um preço foi pago, pois estas tiveram que passar por perseguições e torturas.

Portanto, ao combater a Ditadura Militar essas mulheres assumiram um papel muito relevante para sociedade campinense. Pois, as suas colaborações fez com que as mulheres corresse atrás dos seus direitos e assim se inserisse na política como representante dos seus direitos e também da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a participação política e social da mulher campinense na Ditadura Militar veio adentrar caminhos antes esquecidos ou mesmo relegado pela historiografia, e assim amenizar as lacunas sobre esse tema. A proposta procurou dialogar com as questões políticas, sociais e históricas e assim apontar o lugar do feminino na cidade de Campina Grande – PB.

Através da memória dessas mulheres o sujeito histórico ‘a mulher’ veio reviver, e assim fazer com que saia das margens narrativas, do lugar de excluídas. A mulher campinense na Ditadura Militar veio se mostrar através das falas da docente como mulheres que conheciam e queriam os seus direitos. E assim lutaram como militante na política contra ditadura. Estas expressaram as suas opiniões e lutas por um país democrático. As lembranças dessas mulheres colaboraram para a mulher campinense torna-se sujeito histórico e pra que esses momentos não se apagar da história, e assim despertar pra que esse tema seja mais trabalhado.

A pesquisa girou em torno de um recorte temporal que compreendeu os anos de 1970 a 1980, onde aconteceu o momento mais repressivo da Ditadura Militar e o termino gradativo desse período conturbado. Através dos arquivos e também do gravador posto para captar as lembranças dessas mulheres campinenses a pesquisa pareceu fluir e chegar ao propósito designado de vencer as lacunas impostas.

Portanto, essa pesquisa significou algo muito prazeroso para mim porque tive o prazer de compartilhar o estudo com pessoas que viveram no tempo, o que não me restou apenas o caminho de escritos, mas de significantes experiências que essas docentes vivenciaram e relataram.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. **Quando eles eram jovens revolucionários**. In H. Viana (Ed.), *Galerias cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais* (pp.181-195). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1977.

ADELMAN, Miriam. **A voz e a Escuta** : Encontros e Desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. São Paulo : Ed. Blucher Acadêmico, 2009.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ALVES, J.E.D. **Paradoxos da participação política da mulher no Brasil**. 2007. 15fl. Disponível em http://www.prt18.mpt.gov.br/eventos/2007/mulher/anais/artigos/jose_eustaquio.pdf. Acessado em 20/09/2015.

ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis (orgs.). **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. - 1. ed. – Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

ARNS, Paulo Evaristo; SOBEL, Henry; WRIGHT, Jaime. **Brasil: Nunca mais, um relato para a história**. 38 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BANDEIRA, Lourdes Maria. **Feminismo: memória e história**. In: SALAES, Celecina de Maria Veras et al. (Orgs.). *Feminismo: memória e história*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

BARROS, José. **O Campo da História**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BASTOS, N. de S.. **Mulheres em armas: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro**. 2004. Disponível em: <http://www.gedm.ifes.ufrj/textos.php> . Acesso em: 22/ 07/2015.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. (Trad.) Sérgio Milliet. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

CARDOSO, Maria Francisca Thereza C. **Campina Grande e sua função como capital regional**. Revista Brasileira de Geografia. Outubro-Dezembro de 1963 .

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002.

CARVALHO, M. P. **O conceito de gênero**: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPED (1999-2009). Revista Brasileira de Educação 2011.

DANTAS, Fabiana Santos. **O direito fundamental a memória**. Tese de Doutorado em Direito. Universidade Federal de Pernambuco, CCJ, Direito, Recife, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História oral**: uma brújula para lós desafios de La história. Barcelona, nº 28, 2002.

FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder** . Rio de Janeiro: Graal, 1988. Edição original: 1979.

FREITAS, Fabiano Junqueira de; BRAGA, Paula Lou Ane Matos. **Questões introdutórias para uma discussão acerca da história e da memória. Histórica**: revista on line do arquivo público de São Paulo, São Paulo, n. 13, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao13/materia03/>>. Acesso em 01 ago. 2015.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araujo, SANTOS Maria de Fatima de Souza. **Mulheres Brasileiras e Militância Política durante a Ditadura Militar: A Complexa Dinâmica dos Processos Identitários**. Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psycholog, v. 41, n. 3 p. 359-370, 2007.

LE GOFF, Jacques, **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

KOLLER, Sílvia Helena & NARVAZ, Martha Giudice. Metodologias **feministas e estudos de gênero**: articulando pesquisa, clínica e política. In: Psicologia em Estudo, Maringá, n. 11, ano 3, 2006.

LEITÃO, Elaine V. **A mulher na língua do povo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MICHAEL, Johann. **Podemos falar de uma política do esquecimento?** Revista Memória em Rede, Pelotas, v.2, n.3, ago.-nov.2010 .

MESQUITA, Adriana de Andrade. **Com licença, eu vou à luta! O desafio de inserção das mulheres da periferia carioca no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro. 2005. 208f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social – UFF, 2005.

MICHEL, Andrée. **O feminismo: uma abordagem histórica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; TRINDADE, Zeidi Araújo; AMÂNCIO, Ligia. **Mulheres brasileiras e militância política durante a Ditadura Militar brasileira**. Disponível em [HTTP://www.aps.pt/cms/doc_prv/DPR460eb23be09d1_.pdf](http://www.aps.pt/cms/doc_prv/DPR460eb23be09d1_.pdf) acesso em: 20 fev. 2015.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

NUNES, Paulo Giovanni Antonio. **Golpe civil-militar na Paraíba e a repressão no imediato pós-golpe**. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312333357_ARQUIVO_Textoanpuh-2011.1.pdf . Acesso em: 22 maio de 2015.

NEVES, Raphael Cezar da Silva. **Reconhecimento, multiculturalismo e direitos**: contribuições do debate feminista a uma teoria crítica da sociedade. Dissertação de Mestrado em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Práticas da memória feminina**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.9, n.18, p.9-18, 1989.

PINTO, Regina Celi. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. **Recriando a (categoria) mulher?** In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.

PRÁ, Jussara Reis. **O feminismo como teoria e como prática política**. In: STREY, Marlene Neves. *Mulher: Estudos de Gênero*. São Leopoldo: Unisinos, p. 39-57, 1997.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. **Feminismo e Direito**. In: Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Direito, v. 1, n. 1. João Pessoa: UFPB, 2010.

HAWKESWORTH, Mary. Confundir El gênero. Debate Feminista, ano 10, vol. 20, outubro 1999.

RAGO, Margareth. **Entre a história e a liberdade**: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007

RIDENTI, M. S. **As mulheres na política brasileira: Os anos de Chumbo.** Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, vol. 2, nº 2, 2º semestre de 1990.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos: Histórias da cidade do Recife na década de XX.** Recife: FUNDARPE, 1997.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Estudos Feministas: um esboço crítico.** In: Célia Gurgel (org.), Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero. Salvador: REDOR-NEGIF, 2004, pp. 17- 40.

SCOCUGLIA, J. B. C. **Imagens da cidade.** Patrimonialização, cenário e práticas sociais. João Pessoa: Editora Universitário, 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.** 1986, 1995, Portal DHNET - Direito Humanos na internet. Disponível em: <<http://www.observe.com/upload>> . Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. "Gênero: **Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.**" Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

_____. **História das Mulheres**, IN: Burke, Peter (org.), A Escrita da História - Novas Perspectivas, S. Paulo, UNESP, 1992.

_____, TILLY, Louise e VARIKAS, Eleni. "Debate" IN: **Cadernos Pagu- desacordos, desamores e diferenças** (3). Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1994.

_____. **Desconstruindo a igualdade versus diferença: Ou os usos da teoria pós-estruturalista para o feminismo.** Estudos Feministas, v. 14, n.1, p.33-50, 1988.

SELIGMANN, Márcio Silva. **Anistia e (in) justiça no Brasil: o dever de justiça e a impunidade.** Literatura e Autoritarismo, Memórias da Repressão, n.9, 2006.

SOARES, G. A. **A democracia interrompida.** Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas 2001.

SOIBET, Rachel. PINSKY, B.C/ PEDRO, M. J. **A conquista do espaço público**. Nova História das mulheres no Brasil. Org. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. – 1 ed., São Paulo: Contexto, 2013.

SOW, M.M. **A participação feminina na construção de um parlamento democrático**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação. Centro de formação, treinamento e aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://bd.camara.gov.br>. Acessado em 10/05/2015.

SOUZA, P. de. **Autópsia do medo – Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury**. São Paulo: Globo, 2000.

TEIXEIRA, Evandro. **1968: destinos, passeata dos 100 mil**. Rio de Janeiro: Ed. Textual, 2008.

TORRES, Mateus Gamba. **Lutar para manter, lutar para romper: a mulheres e a ditadura militar brasileira**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2010n4p93>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988.

Walby, Sylvia. **Teorizando patriarcado**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

FONTES CONSULTADAS

1.0 FONTES

1.1 Entrevistas

Entrevista concedida à autora em 28 de Abril de 2015.

Entrevista concedida à autora em 25 de maio de 2015.

Entrevista concedida à autora em 08 de julho de 2015.

1.2 Arquivo dos Periódicos

A União (1975 - 1977).

1.3 ARQUIVO DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS

Jornal O Diário da Borborema (1961 – 1965).